

PERFIS TERRITORIAIS DE CRIMINALIDADE EM PORTUGAL (2009-2019)

MIGUEL SARAIVA¹ 

ANA AMANTE² 

TERESA SÁ MARQUES³ 

MÁRCIO FERREIRA⁴ 

CATARINA MAIA⁵ 

RESUMO – Na última década, a criminalidade em Portugal decresceu 21%. Contudo, a crise económica e o aumento das disparidades socio-territoriais acentuaram práticas criminais específicas e enfatizaram a importância da sua expressão territorial. Enquanto as agendas europeias têm promovido a redução das desigualdades territoriais através de uma maior espacialização das políticas públicas, a dimensão geográfica da criminalidade tem ganho relevância na investigação. Nesse âmbito, a literatura aponta para a necessidade de conceber análises multivariadas e multi-escalares de base territorial que apoiem as políticas públicas. Este artigo contribui para colmatar a insuficiente reflexão de cariz territorial, ao explorar as disparidades espaciais associadas à criminalidade da última década em Portugal. É aplicada uma análise multivariada para construir perfis integrados que permitem evidenciar e caracterizar territórios vulneráveis face à criminalidade, informando o planeamento urbano da necessidade de respostas mais articuladas e integradas.

Palavras-chave: Geografia da criminalidade; (in)segurança urbana; análise multivariada; perfis territoriais.

ABSTRACT – TERRITORIAL PROFILES OF CRIMINALITY IN PORTUGAL (2009-2019). In the last decade, crime rates in Portugal decreased by 21%. However, the

Recebido: agosto 2020. Aceite: fevereiro 2021.

¹ Professor Auxiliar, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal. E-mail: miguelsaraiva@gmail.com

² Investigadora Doutorada, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: anatavaresponte@gmail.com

³ Professora Associada, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: teresasamarques@gmail.com

⁴ Doutorando em Geografia, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: marcioferreira16@hotmail.com

⁵ Doutoranda em Geografia, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: catarina.maia2@gmail.com

economic crisis and the increase of socio-territorial disparities have given rise to particular criminal practices and have emphasized the importance of their territorial distribution. While European agendas have been promoting the reduction of territorial inequalities through a greater spatialization of public policies, the geographical dimension of criminality has gained relevance in research. In this sense, literature points towards the need to conceive multivariate and multiscale territorial-based analysis that support public policies. This paper contributes to overcome the lack of reflection on the territorial dimension, by exploring the spatial disparities associated with crime rates in Portugal over the last decade. A multivariate analysis is performed to build integrated profiles that display and characterize vulnerable territories in terms of criminality, thus informing territorial planning of the need for articulated and integrated responses.

Keywords: Geography of crime; urban (in)security; multivariate analysis; territorial profiles.

RÉSUMÉ – PROFILS TERRITORIAUX DE LA CRIMINALITÉ AU PORTUGAL (2009-2019). Dans les dix dernières années, la criminalité au Portugal a baissé 21%. Cependant, la crise économique et l'augmentation des disparités sociales et territoriales ont accentué des pratiques criminelles spécifiques et ont aussi souligné l'importance de leur expression territoriale. Tandis que les politiques européennes essaient de réduire les inégalités territoriales à travers d'une plus grande spatialisation des stratégies publiques, la dimension géographique de la criminalité a gagné importance dans la recherche. Dans ce domaine, la littérature souligne l'usage d'analyses de base territoriale multivariées et multi-échelles, pour soutenir les stratégies publiques. Cet article contribue à réduire la réflexion insuffisante de nature territoriale, en exploitant les disparités spatiales associées à la criminalité au Portugal, dans les dix dernières années. Une analyse multivariée est appliquée à fin de construire des profils intégrés, permettant de souligner et caractériser des territoires vulnérables face à la criminalité, et informant l'aménagement urbain du besoin de réponses plus articulées et intégrées.

Mot clés: Géographie de la criminalité; (in)sécurité urbaine; analyse multi-variée; profils territoriaux.

RESUMEN – PERFILES TERRITORIALES DE CRIMINALIDAD EN PORTUGAL (2009-2019). En la última década, el crimen en Portugal ha disminuido en un 21%. Sin embargo, la crisis económica y el aumento de las disparidades socio-territoriales acentuaron las prácticas criminales específicas y enfatizaron la importancia de su expresión territorial. Al mismo tiempo que las agendas europeas han tratado de promover la reducción de las desigualdades territoriales mediante una mayor espacialización de las políticas públicas, la dimensión geográfica del crimen ha logrado relevancia en la investigación. En este contexto, la literatura señala la necesidad de diseñar análisis multivariados y multiescala de base territorial que apoyen las políticas públicas. Este artículo contribuye a superar la escasa reflexión de naturaleza territorial, explorando las disparidades espaciales asociadas con la criminalidad de la última década en Portugal. Se aplica un análisis multivariado para construir perfiles integrados que permitan resaltar y caracterizar territorios vulnerables ante la criminalidad, informando a la planificación urbana sobre la necesidad de respuestas más articuladas e integradas.

Palabras clave: Geografía del crimen; (in)seguridad urbana; análisis multivariado; perfiles territoriales.

I. INTRODUÇÃO

Estatisticamente, a criminalidade tem diminuído progressivamente a nível mundial (Eurostat, 2019; Farrell, 2013; Farrell *et al.*, 2014). Portugal não é exceção. Na última década, a criminalidade geral diminuiu 21% e a criminalidade violenta e grave diminuiu 43% (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2019). Aliás, Portugal é hoje reputado como um dos países mais seguros do mundo, estando na terceira posição no Índice de Paz Global (Institute for Economics and Peace [IEP], 2019).

Mesmo assim, a segurança urbana continua a ser uma preocupação fundamental na criação de sociedades inclusivas e sustentáveis, como plasmado nas mais recentes agendas associadas à coesão, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (European Commission [EC], 2017; Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2020). A diminuição estatística, fruto dos avanços tecnológicos e da transição para um paradigma de prevenção, deve ser refletida com cautela. Primeiramente, porque algumas problemáticas específicas contrariam a tendência decrescente, como por exemplo a violência sexual ou os crimes contra idosos (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2019; Eurostat, 2019). Em segundo lugar, porque os sentimentos de insegurança continuam a aumentar, por motivos como a crise económica ou a crise dos migrantes. Aliás, Portugal está no topo dos *rankings* europeus em termos da população que mais se preocupa com a criminalidade (Tulumello, 2018). E terceiro, porque a expressão territorial da criminalidade não é uniforme. Em Portugal, como reporta o Relatório Anual da Segurança Interna (SSI, 2019), a criminalidade está extremamente concentrada (seis distritos detêm 71% da criminalidade do país), para além de haver distritos em que a criminalidade está efetivamente a aumentar.

A análise destas questões, associadas a problemáticas de cariz social e territorial, não está ainda devidamente contemplada na literatura. As dimensões geográficas e urbanísticas da prevenção da criminalidade só recentemente têm sido objeto de uma maior preocupação pela comunidade científica, com base nas teorias da criminologia ambiental (Andresen, 2014; Weisburd *et al.*, 2016; Wortley & Townsley, 2016) e suportados pela massificação dos Sistemas de Informação Geográfica – SIG (Chainey & Ratcliffe, 2013; Elmes *et al.*, 2014; Leitner, 2013). Para estes autores, o “lugar importa” (Weisburd *et al.*, 2016) porque a distribuição de crimes varia geográfica e temporalmente, fruto de condições territoriais específicas. Assim, medidas preventivas de base local são tidas como mais eficientes que estratégias globais, reativas ou focadas no indivíduo (Weisburd & Telep, 2014). Em anos recentes, estas incluem técnicas de mapeamento criminal e policiamento inteligente (Braga & Schnell, 2013; Weisburd *et al.*, 2012; Weisburd & Telep, 2014), desenho urbano e intervenção social (Cozens & Love, 2015; Saraiva *et al.*, 2019; Saraiva *et al.*, 2020; Saraiva & Pinho, 2011), suportadas em análises multivariadas (Farrell, 2013; Johnson *et al.*, 2014; Marzbali *et al.*, 2011).

A pertinência desta perspetiva é ainda maior considerando que o período de pós-crise económica – e agora pandémico – acentuou disparidades sociais e territoriais (Cairns *et al.*, 2014; Madanipour & Weck, 2015; Ranci *et al.*, 2014). A espacialização das

políticas públicas é vista como uma das soluções para a redução destas desigualdades. Porém, estas políticas geralmente não consideram, em simultâneo, as várias dimensões da criminalidade e da vulnerabilidade social (incluindo a dimensão espacial; Artelaris, 2017; Madanipour & Weck, 2015; Tulumello, 2016). Simultaneamente, as análises de vulnerabilidade social normalmente não incluem indicadores relativos à (in)segurança (Lee, 2014).

O atual Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019; República Portuguesa, 2019) apoia a criação de mecanismos para regular as desigualdades territoriais a várias escalas. Isto deve ser feito através da integração multi-nível de atores e instrumentos, mas também de diagnósticos qualitativos e quantitativos, que incluam abordagens multivariadas e multi-escalares e explorem a relação entre as geografias dos fenómenos e a espacialização das políticas.

Respondendo a estes desafios, pretende-se contribuir para colmatar a falta de estudos sobre a dimensão territorial da criminalidade. Com o objetivo de informar o desenvolvimento de políticas públicas integradas de base territorial, a análise incorpora três perspetivas: i) a compreensão numa lógica territorial, associada às maiores taxas de criminalidade a nível concelhio; ii) a compreensão numa lógica temporal, associada às dinâmicas dos últimos dez anos; e iii) a compreensão numa lógica integrada, considerando um conjunto diversificado de indicadores de criminalidade, tendo em vista a construção de perfis territoriais de criminalidade, que foram posteriormente contextualizados em termos sociais e territoriais.

Na secção II discute-se sumariamente a introdução da componente espacial nos estudos sobre segurança e aborda-se o historial da geografia do crime em Portugal. Na secção III apresenta-se a metodologia utilizada. Na secção IV contextualiza-se, estatística e territorialmente, a evolução da criminalidade em Portugal na última década. Na secção V apresenta-se a análise integrada dos indicadores e dos perfis territoriais de criminalidade. Por fim, na secção VI apresentam-se as conclusões do estudo, direcionando pistas para novas investigações.

II. A COMPONENTE ESPACIAL NO ESTUDO DA CRIMINALIDADE

1. Enquadramento concetual

Alguns estudos pioneiros do século XIX (ver Andresen, 2014; Weisburd *et al.*, 2016; Wortley & Townsley, 2016), demonstraram que os padrões criminais podiam ser heterogéneos espacialmente. Mais tarde, no início do século XX, os autores da escola de Chicago defenderam a importância da localização e do contexto espacial (nomeadamente as más condições de habitabilidade ou a proximidade a centros urbanos) na explicação dos comportamentos de delinquência (Park & Burgess, 1925; Shaw & MacKay, 1942). Contudo, só na década de 1970 é que o “lugar” assumiu uma posição mais central nas teorias da criminologia, nomeadamente no ramo apelidado de criminologia ecológica ou ambiental (Brantingham & Brantingham, 1984; Clarke, 1980; Cohen & Felson, 1979;

Jeffery, 1971; Newman, 1972). Estas teorias defendem que a distribuição da criminalidade está dependente do tempo e do espaço e que essa espacialidade pode, por sua vez, também transformar e reorganizar o próprio espaço. Dado que o crime está extremamente concentrado e é relativamente estável temporalmente – Lei da Concentração do Crime (Weisburd, 2015) –, intervencionar em contextos geográficos e morfológicos específicos onde as concentrações ocorrem (os *hot spots*) tem implicações na redução da incidência de eventos criminais.

A Geografia da Criminalidade está intrinsecamente associada à expansão da criminologia ambiental (Batella, 2010; Batella & Diniz, 2010). Desde Harries (1975) até ao presente (Felix, 2002; Ferreira & Martins, 2011; Wilson & Smith, 2008) vários autores argumentaram a importância da geografia aplicada na compreensão dos padrões criminais e, conseqüentemente, no apoio à tomada de decisão, na gestão de recursos e no aumento de eficácia das estratégias preventivas. A capacidade de gestão de dados, georreferenciação e análise espacial presente nos SIG permitiu que esta área científica se expandisse (Chainey & Ratcliffe, 2013; Leitner, 2013) com a importância do policiamento *hot spot* a ser sobejamente debatida (Braga *et al.*, 2012; Harries, 2006). Daqui derivaram outros conceitos, de SIG forense (Elmes *et al.*, 2014) a policiamento inteligente (Braga & Schnell, 2013; Coldren *et al.*, 2013). Contudo, também se reconhece que os “lugares” são sistemas sociais relevantes e que, por esse motivo, os padrões de criminalidade devem ser compreendidos simultaneamente com outras problemáticas como a densidade urbana ou o acesso ao emprego (Batella, 2010; Harries, 2006).

Mesmo assim, os estudos sobre criminalidade que têm em conta as características dos lugares e a sua comparação integrada são ainda relativamente escassos (Weisburd *et al.*, 2012). Os processos de georreferenciação e análise espacial são também uma prática pouco comum nos procedimentos policiais (Grönlund & Diniz, 2016). Existe a necessidade de mais investigação empírica suportada por novas técnicas espaciais e tecnologias, bem como de analisar contextos territoriais fora dos grandes centros urbanos (Andresen & Weisburd, 2018). Bannister *et al.* (2019) referem igualmente a necessidade de abordagens multi-escalares e temporais que englobem as dimensões espaciais, sociais e funcionais dos territórios e identifiquem causalidades dinâmicas. Em Portugal, a literatura considera haver uma parca consciência territorial da criminalidade (Martins, 2010; Tedim & Barros, 2010) e uma incipiente georreferenciação de crimes, com pouca integração com outras variáveis (Neves, 2020).

2. A geografia da criminalidade em Portugal

Há mais de 30 anos, Fonseca (1984) escrevia que o estudo da criminalidade em Portugal não era muito comum na área da geografia. Um quarto de século depois, Tedim e Barros (2010) notavam ainda “um vazio geográfico” em torno desta temática e, Agra (2007) apelidava a investigação portuguesa de fragmentada e casual. A principal razão avançada pela literatura é a falta de informação disponível. As fontes de dados são relativamente frágeis ou escassas (Carvalho, 2006; Lourenço & Lisboa, 1999) e a informação

não é uniformemente informatizada e tratada pelas diversas agências (João, 2009; Silva, 2013). Isto dificulta a conceção de análises territoriais, longitudinais e preditivas. Vários autores referem a falta de formação dos atores e a existência de lacunas ao nível da qualidade dos dados e dos sistemas de informação (Ferreira & Martins, 2011; João, 2009; Pereira, 2013). Segundo Pereira (2013), isto levou a impactos contraproducentes no desenvolvimento de políticas de prevenção e ordenamento do território.

Assim, a generalidade dos estudos existentes são abordagens estatísticas com uma limitada reflexão territorial. Estes incluem análises das estatísticas de criminalidade nacional, como os estudos de Ferreira (1998), Lourenço e Lisboa (1993, 1999), Lourenço *et al.* (1998) ou Valente (2004) para as décadas de 1980 e 1990; ou de Silva (2013), Neves (2012) ou Fernandes (2017) para as décadas de 2000 e 2010. Incluem também análises de evolução estatística a nível concelhio, principalmente nas duas principais áreas metropolitanas, Lisboa e Porto (Baptista, 2015; Fernandes, 1997; Ferreira, 2013; Freitas, 2011; Marques, 2017; Monteiro, 2012; Prates, 2018; Rebelo *et al.*, 2009; Santana *et al.*, 2009; Trogano, 2000; Tulumello, 2014).

Pelo contrário, os estudos que analisaram espacialmente a criminalidade são em muito menor número. Até ao final do século XX, estes enfatizaram principalmente a relação das densidades criminais com o grau de urbanização, como o estudo pioneiro de Santos nos anos 1940 (*cit. in* Fonseca, 1984) que justifica a variação distrital do número de condenados com fatores ecológicos e modos de vida distintos. Analisando o período entre 1926 e 1946, Fatela (1989) também concluiu que os distritos mais urbanizados possuíam maiores taxas de condenação. Girão (1958) corroborou que a variação espacial dos condenados se deveu à dissolução dos costumes e às influências do meio físico.

Fonseca (1984) demonstrou que a partir dos anos 1960 a dinâmica de diferenciação entre o rural e o urbano industrial teve repercussões nos aumentos de criminalidade nos distritos mais relevantes como Lisboa, Porto, Braga ou Faro. O nível médio de rendimentos da população e o grau de expansão e desenvolvimento urbano demonstraram ter uma correlação positiva com o número de crimes. No entanto, esta relação perdeu peso a partir dos anos 1970, quando os crimes contra as pessoas passaram a ter também uma forte expressão em alguns distritos rurais como Beja, Bragança e Castelo Branco. Nas décadas de 1980 e 1990, Esteves (1999) manteve as mesmas conclusões, evidenciando o aumento do peso relativo da criminalidade nos distritos associados a cidades de média dimensão, onde os processos de crescimento urbano estavam a tornar-se mais céleres (como Aveiro, Faro, Leiria, Santarém, Setúbal ou Viana do Castelo).

A Direção Geral da Administração Interna analisou um período seguinte (de 1993 a 2007) num relatório onde se espacializou a criminalidade à escala do concelho (Direção Geral da Administração Interna [DGAI], 2009). Os *clusters* criados identificaram as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e o Algarve como os locais com maior densidade criminal, e o interior norte do país com a menor densidade (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [DGOTDU], 2011). Martins (2010), analisando praticamente o mesmo período (1993-2008), notou que os decréscimos da taxa de variação de crimes ocorreram em Lisboa, Porto e em vários concelhos do interior

e das ilhas. Os crescimentos ocorreram nos concelhos circundantes de Porto, Lisboa e de várias capitais de distrito, o que levou o autor a concluir que o crime se descentralizou para a periferia urbana. O mesmo é debatido por Sousa *et al.* (2011), numa análise entre 2001 e 2007. A variabilidade negativa das taxas ocorreu em Lisboa, Porto e noutras áreas como o litoral Norte, Leira e o Alentejo, enquanto a variabilidade positiva encontrou-se na maior parte do restante país, com destaque para o litoral Sul, Covilhã e Algarve. Num estudo mais recente, Santana (2015) demonstrou que 80% dos concelhos que registaram os maiores aumentos de criminalidade violenta localizavam-se no litoral.

A nível intra-concelhio, a maioria das análises focam-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Autores como Malheiros e Marques da Costa (1989), Nicolau (1994) e Esteves (1999) abordaram a distribuição espacial da criminalidade entre os anos 1980 e 1990 em Lisboa, relacionando-a com outros elementos urbanísticos, funcionais ou socioeconómicos. Posteriormente, trabalhos como os de João (2009) ou Abreu (2016) usaram escalas mais finas e dados mais recentes. Já sobre o Porto, Fernandes (1997) apresenta cartografia por tipologias de crime ao longo de vários anos entre 1928 e 1988, enquanto Tedim e Barros (2010) analisam o período entre 1993 e 2008, desenvolvendo tendências centrais e *clusters* hierárquicos.

A maioria dos trabalhos citados nesta secção são anteriores à disponibilização pública da informação anual, ao concelho, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que ocorre desde 2009. Assim, não existe um diagnóstico territorial de criminalidade registada na última década em Portugal. Do mesmo modo, são escassos os estudos que realizam uma comparação da criminalidade entre concelhos ou considerando diversas tipologias criminais (Abreu, 2016; Ferreira, 2013; Viera, 2018). Também não se conhecem estudos que compreendem os perfis territoriais de criminalidade em relação a outros indicadores de cariz social. Os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) apenas apresentam análises uni-variáveis ao distrito. Outros dados, como os da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (ex. APAV, 2019), têm pouca representatividade do interior do país.

III. METODOLOGIA

A presente investigação teve três objetivos metodológicos: i) utilizar informação o mais atualizada possível; ii) utilizar uma escala de análise inferior ao distrito – a unidade utilizada pelos RASI e pela maioria dos estudos a nível nacional; e iii) utilizar um espectro mais alargado de indicadores para produzir perfis territoriais.

Os dados utilizados provêm de fontes estatísticas oficiais (INE, PORDATA e APAV) e escolheu-se o concelho como unidade de análise; a desagregação mais fina para a qual existe informação pública para todo o território nacional. Considerou-se o período temporal de uma década, entre 2009 e 2019.

As categorias criminais selecionadas são aquelas com uma maior incidência e expressão territorial e, portanto, maior influência teórica no comportamento da criminalidade sócio-espacial em Portugal. Tendo por base as categorias do Código Penal, considerou-

-se, num nível global, a taxa de criminalidade (total) por 1000 habitantes, e os tipos de Nível 1 com maior expressão (número de ocorrências): as taxas de crime contra as pessoas, contra o património, contra a vida em sociedade e de legislação avulsa. Além disso, consideraram-se nos níveis inferiores, também tendo por base um critério de maior expressão, os furtos em residência, os furtos/roubos por esticção e na via pública, os furtos de e em veículo motorizado; os crimes contra a integridade física e ainda os crimes de violência doméstica e tráfico de estupefacientes.

Primeiro (Secção IV), observou-se genericamente a evolução da criminalidade, em termos estatísticos e territoriais, comparando o triénio 2009-2011 com o de 2017-2019, e identificando-se os *hot spots*. Numa segunda fase, realizou-se uma análise do último triénio (2017-2019), considerando-se a média dos três anos para dar uma maior robustez à análise e eliminar flutuações pontuais da série. Em cada indicador, aplicou-se o método de *natural breaks* para classificar os concelhos em cinco níveis, eliminando-se diferenças de escala e enfatizando-se as diferenças territoriais e não os valores brutos. A opção pelo método de *natural breaks* em vez, por exemplo, do uso de quintis, deveu-se à necessidade de querer observar importantes diferenças territoriais através das quebras nas séries.

Em seguida (Secção V), sistematizou-se os indicadores em perfis territoriais de incidência criminal através da aplicação de uma análise fatorial. Neste âmbito optou-se pela Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), em detrimento da Análise Componentes Principais (ACP), tendo em vista os objetivos desta investigação. A ACM é uma análise fatorial que analisa e classifica padrões de relacionamento entre variáveis categóricas dependentes, agrupando as unidades geográficas atendendo às modalidades comuns (Abdi & Valentin, 2007; Greenacre, 2017; Yelland, 2010). Além disso, a ACM permite que algumas variáveis estejam ativas na classificação dos padrões, enquanto outras estão passivas. Esta faculdade da ACM possibilita o desenvolvimento de uma classificação suportada nas variáveis relativas às taxas de criminalidade (o principal foco desta pesquisa), enquanto outras variáveis de natureza socio-contextual entram também na análise, mas de forma passiva (não contribuem para a classificação, mas as suas modalidades podem associar-se às classes identificadas pelas variáveis ativas). Desta forma, um conjunto de variáveis passivas pode suportar o desenvolvimento de uma narrativa geográfica mais contextualizada e explicativa, contribuindo para que os perfis territoriais de criminalidade possam enquadrar as políticas de segurança, em matéria de intervenção, mas também de prevenção.

Esta abordagem metodológica foi discutida e validada com diferentes atores que atuam nesta área de governação, através da realização de três *workshops* específicos em diferentes contextos, quer académicos, quer institucionais, realizados entre o final de 2019 e o início do estado de emergência. Estes incluíram entidades diversas, como representantes do Ministério da Administração Interna, das Polícias Municipais, das Autarquias e da Academia. O objetivo principal foi discutir a metodologia e os indicadores a incluir na análise (nos dois primeiros *workshops*), e depois os resultados (no *workshop* final). Estes *workshops* estimularam reflexões integradas de base territorial, atendendo aos indicadores de criminalidade e a outros de natureza social e económica.

IV. CRIMINALIDADE EM PORTUGAL: PERSPETIVA TERRITORIAL E TEMPORAL (2009-2019)

1. Criminalidade total

Constata-se uma tendência para a diminuição dos crimes registados na última década em Portugal (fig. 1). Em valores brutos, a criminalidade total decresceu de 427 787 ocorrências em 2009 (40 crimes por mil habitantes) para 335 614, dez anos depois (32 crimes por mil habitantes), observando-se um decréscimo de 21%.

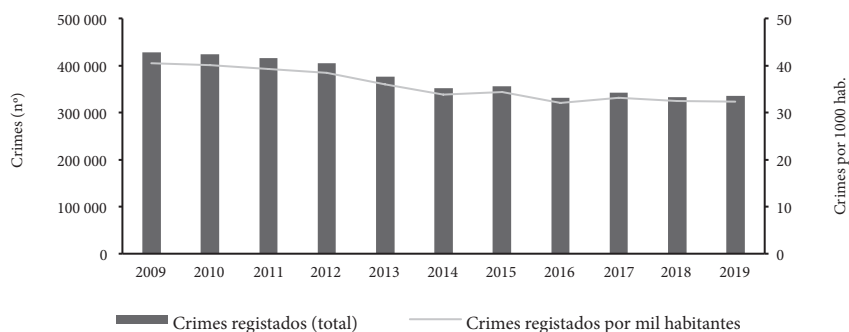


Fig. 1 – Crimes registados em Portugal entre 2009 e 2019 (total e por mil habitantes).

Fig. 1 – Recorded crimes in Portugal between 2009 and 2019 (total and per thousand inhabitants).

Fonte: INE

Esta tendência decrescente é reflexo de um decréscimo das principais categorias criminais (fig. 2). Os crimes contra o património (que inclui furtos, roubos ou danos contra a propriedade) são ainda os mais representativos, apesar do decréscimo de 60 mil ocorrências na última década. Os crimes contra as pessoas (incluindo violência, homicídio ou violação) registaram uma diminuição de 16 mil ocorrências, apesar do aumento recente. Os crimes contra a vida em sociedade e os de legislação avulsa tinham em 2009 valores próximos das 50 mil ocorrências, mas apenas os segundos registaram uma diminuição constante.

As restantes categorias de crimes registam, comparativamente, valores mais residuais, destacando-se os crimes contra o Estado (incluindo abuso de autoridade, desobediência, entre outros) que aumentaram durante a crise económica, e os crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal (incluindo discriminação e incitamento ao ódio e à violência), que aumentaram no período estudado.

Em termos territoriais, os principais focos de criminalidade mantiveram-se estáveis entre 2009 e 2019. Estes localizam-se, principalmente, ao longo do litoral norte e no centro, com uma maior ênfase nas áreas metropolitanas e na costa algarvia. Especificamente no último triénio (fig. 3), os concelhos do Porto, Lisboa e parte do Algarve e Alentejo Litoral surgem, de modo geral, com as maiores taxas de criminalidade. É ainda de assinalar as regiões mais periféricas, alguns concelhos das Ilhas e das áreas transfronteiriças.

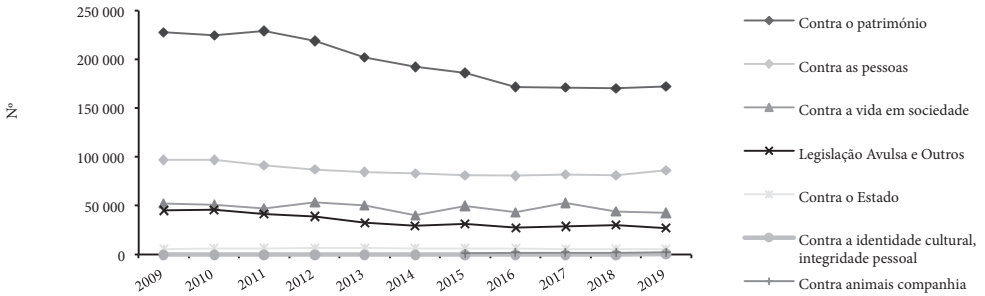


Fig. 2 – Total de crimes registados por categoria, entre 2009 e 2019.

Fig. 2 – Total recorded crimes, by type, between 2009 and 2019.

Fonte: INE e Pordata

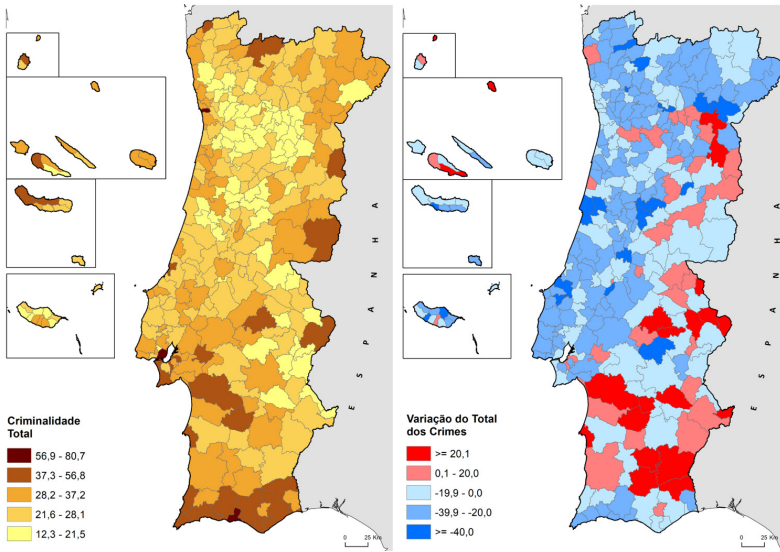


Fig. 3 – Taxa de criminalidade total (por 1000 habitantes), por concelho (média 2017-2019), e taxa de variação entre os dois triénios (2009/10/11 e 2017/18/19). Figura a cores disponível online.

Fig. 3 – Total crime rate (per 1000 inhabitants), by municipality (average 2017-2019), and rate of change between the two triennia (2009/10/11 and 2017/18/19). Colour figure available online.

Fonte: INE e Pordata

A análise da taxa de variação confirma que a criminalidade total está a reduzir na maior parte dos territórios nacionais. Cerca de 76% dos concelhos tiveram uma diminuição na última década, com uma média de redução de 26%. Mesmo assim, bastantes concelhos, do interior e das ilhas, aumentaram o seu peso percentual, enquanto outros do Alentejo, das Beiras e interior Norte contrariaram a tendência nacional ao apresentarem taxas de variação positiva. Igualmente, em função do tipo de crime, há territórios que se irão evidenciar. Apenas 52% dos concelhos portugueses também reduziram, para além

da criminalidade total, as suas taxas das principais categorias de Nível 1: os crimes contra o património e os crimes contra as pessoas. Ou seja, os restantes concelhos apresentaram aumentos num ou mais destes indicadores. Registe-se ainda que 42 concelhos (cerca de 14%) apresentam uma tendência crescente nos três indicadores.

2. Crimes contra o património

Os crimes contra o património representavam, em 2019, mais de 50% das ocorrências totais. Uma das subcategorias mais significativas é o furto de e em veículo motorizado (fig. 4). A descida significativa até 2016 contrasta com uma ligeira subida desde então. Os crimes de furto/roubo por esticção na via pública, e furto em edifícios habitacionais, comerciais ou industriais também apresentam tendência decrescente.

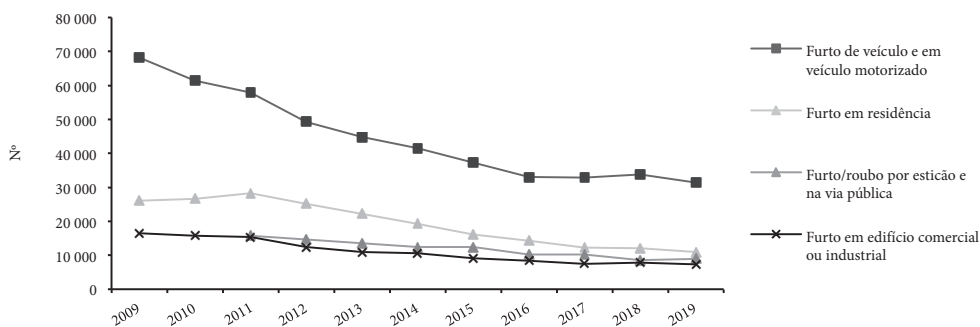


Fig. 4 – Total de crimes registados por subcategoria de crimes contra o património, entre 2009 e 2019.

Fig. 4 – Total recorded crimes by subcategory of crimes against property, between 2009 and 2019.

Fonte: INE e Pordata

Em termos de distribuição territorial, o retrato mantém-se genericamente constante entre 2009 e 2019. O peso relativo decresceu especialmente em concelhos do litoral e no Algarve. Pelo contrário, este peso aumentou em concelhos como Guimarães, Coimbra ou Cascais. A taxa de variação relativa mostra que cerca de 75% dos concelhos apresentam uma diminuição, com uma média de menos 30% (fig. 5). Porém, a média de aumento da taxa nos restantes concelhos foi de mais 44%. Nos territórios onde a taxa se agravou existe uma visível contiguidade espacial, localizando-se particularmente no Alentejo e nas Beiras.

No último triénio, a taxa de crimes contra o património apresenta uma concentração relevante em Lisboa e Porto e particularmente no Algarve. Albufeira, Loulé, Portimão, Faro e Aljezur estão entre os dez concelhos do país com maiores incidências. Estes crimes associam-se a contextos sociais com maior poder de compra (nas áreas metropolitanas e nas zonas turísticas, como o Algarve), normalmente com uma significativa presença de população estrangeira. Outros focos podem encontrar-se nas áreas transfronteiriças (ex. Valença, Idanha a Nova) e de baixa densidade (Terras de Trás-os-Montes, Beiras e Douro oriental e Alentejo).

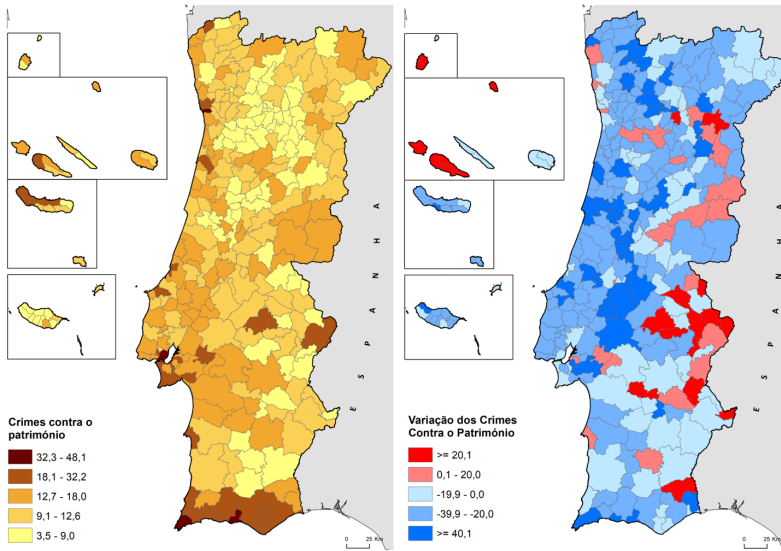


Fig. 5 – Crimes contra o património (por 1000 habitantes), por concelho (média 2017-2019), e taxa de variação entre os dois triénios (2009/10/11 e 2017/18/19). Figura a cores disponível online.

Fig. 5 – Crime against property (per 1000 inhabitants), by municipality (average 2017-2019), and rate of change between the two triennia (2009/10/11 and 2017/18/19). Colour figure available online.

Fonte: INE e Pordata

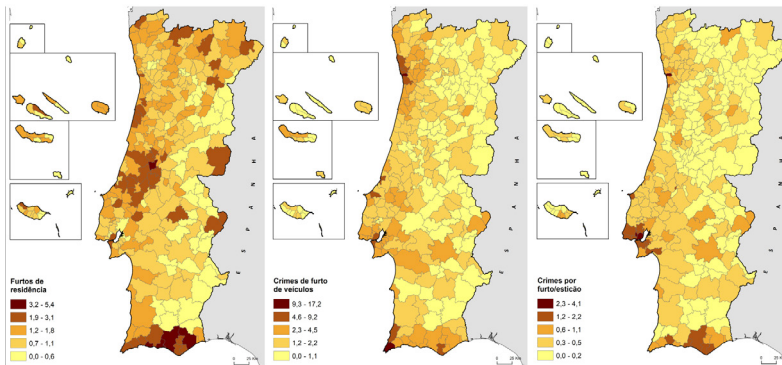


Fig. 6 – Furtos em residências, furtos de veículos e furtos por esticção (por 1000 habitantes), por concelho (média 2017-2019). Figura a cores disponível online.

Fig. 6 – Home theft, car theft and snatch theft (per 1000 inhabitants), by municipality (average 2017-2019). Colour figure available online.

Fonte: INE e Pordata

Analisando as subcategorias mais relevantes (fig. 6) nota-se que os furtos em residências têm maior expressão não só no Algarve, mas também no Médio Tejo e concelhos envolventes, em redor de Aveiro e nas Terras de Trás-os-Montes, entre outros. O furto de

veículos tem um padrão territorial que destaca nomeadamente o Algarve, parte da Área Metropolitana do Porto, e Lisboa. A taxa de furtos por esticção evidencia as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto e o Algarve, retraindo-se no interior.

3. Crimes contra as pessoas

Os crimes contra as pessoas representavam, em 2019, cerca de 25% das ocorrências totais. Dois terços destes crimes pertencem à subcategoria “contra a integridade física”, enquanto cerca de um quarto se refere à violência doméstica (fig. 7). Os primeiros têm diminuído na última década, enquanto os segundos têm-se mantido relativamente estáveis ao redor das 23 mil ocorrências por ano. A violência sexual e a agressão sexual têm menor expressão (em redor dos 2 mil casos). A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, abriu só em 2019 cerca de 11 mil processos de apoio, com os crimes de violência doméstica a corresponderem a 79% dos casos (APAV, 2019). Entre 2013 e 2018, a associação assinalou um aumento de 30% dos crimes contra idosos e de 130% dos processos associados a crimes sexuais (APAV, 2019).

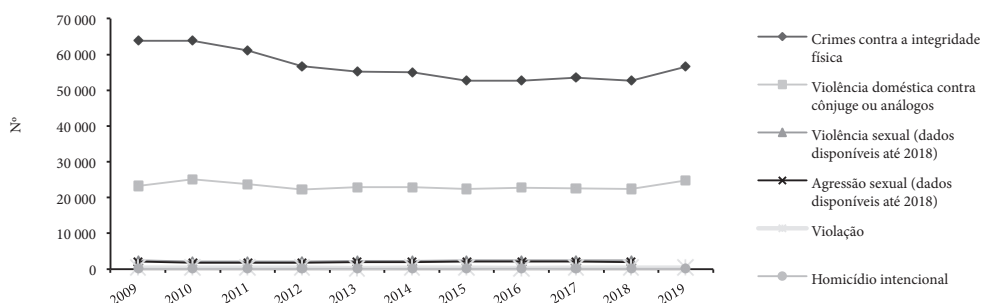


Fig. 7 – Total de crimes registados por subcategoria de crimes contra as pessoas, entre 2009 e 2019.

Fig. 7 – Total crimes recorded by subcategory of crimes against the person, between 2009 and 2019.

Fonte: Pordata e Eurostat

A análise territorial demonstra que não houve variações muito significativas nos anos estudados. Existe um maior peso, predominantemente, ao longo do litoral norte e centro do país (ênfase nas áreas de Porto e Lisboa) e na costa algarvia. No último triênio as taxas mais elevadas registaram-se de igual forma no arquipélago dos Açores, no interior Norte e Centro, Alentejo e Algarve (fig. 8).

Vários concelhos registaram aumentos (ex. Leiria, Barcelos, Faro), com cerca de um terço dos concelhos a apresentar uma variação positiva da taxa de criminalidade, na ordem (média) dos 37%. Estas dinâmicas positivas evidenciam-se pela sua expressão territorial de grande contiguidade espacial sobretudo no Alentejo e Algarve, mas também no Centro interior. As taxas de variação negativas ocorrem em 63% dos concelhos, com uma média de decréscimo de 23%. Os decréscimos são significativos em alguns concelhos do Norte, Centro e norte do Alentejo, bem como em algumas ilhas.

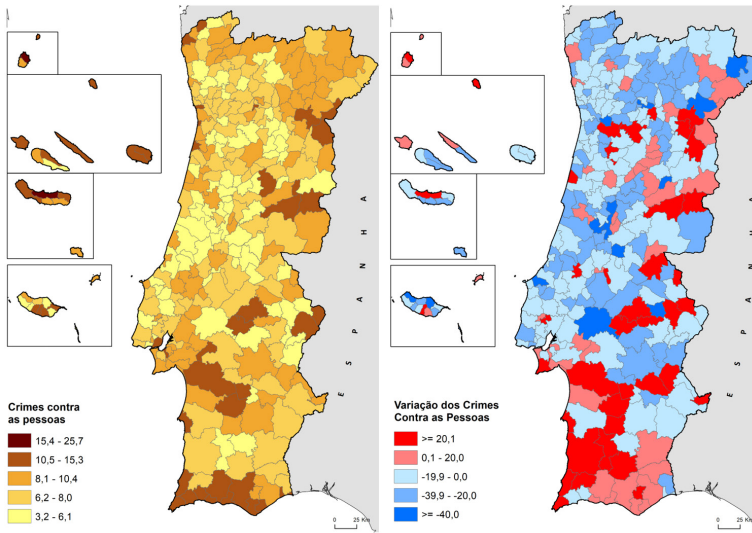


Fig. 8 – Crimes contra as pessoas (por 1000 habitantes), por concelho (média 2017-2019), e taxa de variação entre os dois triénios (2009/10/11 e 2017/18/19). Figura a cores disponível online.

Fig. 8 – Crime against the person (per 1000 inhabitants), by municipality (average 2017-2019), and rate of change between the two triennia (2009/10/11 and 2017/18/19). Colour figure available online.

Fonte: INE e Pordata

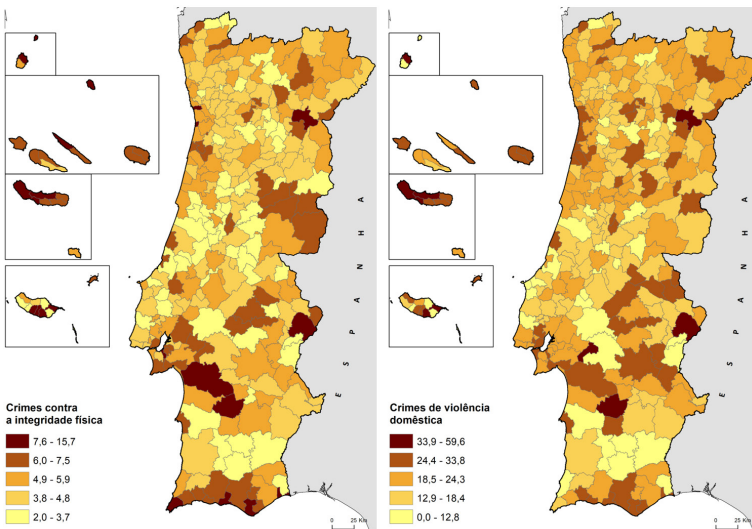


Fig. 9 – Crimes contra a integridade física (por 1000 habitantes) e crimes de violência doméstica (por 10 000 habitantes), por concelho (média 2017-2019). Figura a cores disponível online.

Fig. 9 – Crime against physical integrity (per 1000 inhabitants) and crimes of domestic violence (per 10 000 inhabitants), by municipality (average 2017 to 2019). Colour figure available online.

Fonte: INE, Pordata e APAV

Dentro dos crimes contra as pessoas, os crimes contra a integridade física evidenciam-se nos Açores, no Algarve, no Centro e Norte interior e nalguns concelhos do Alentejo. Os crimes de violência doméstica destacam-se no norte do Alentejo e Algarve, tendo também alguma relevância a Norte (fig. 9). Os crimes contra as pessoas relacionam-se assim sobretudo com contextos de maior risco social, relativamente a grupos etários jovens (nomeadamente crianças e jovens em risco), a indivíduos menos capacitados (idosos sós e isolados) ou em relação ao género feminino (violência doméstica e maus tratos). Nos contextos rurais, de baixa densidade, com populações isoladas, sobretudo idosos sós, é mais frequente a criminalidade associada à integridade física. Nos contextos sociais com uma maior heterogeneidade social (imigrantes de diferentes origens) e com focos de pobreza mais acentuada, conjugam-se vários crimes pessoais, nomeadamente, a violência doméstica, os maus-tratos, a participação em rixas, entre outros.

V. PERFIS TERRITORIAIS DE CRIMINALIDADE

A aplicação da ACM permitiu elaborar uma síntese territorial da criminalidade em Portugal, baseada no conjunto de indicadores selecionados (fig. 10 e quadro I). Seis perfis de concelhos foram encontrados: os perfis A e B englobam os concelhos com níveis de incidência de criminalidade mais baixos, enquanto os perfis D, E e F reúnem os territórios com maiores incidências, ficando o perfil C numa situação intermédia. Estes perfis são sistematizados no quadro I, de forma a visualizar-se os comportamentos de cada indicador e, desta forma, caracterizar os perfis territoriais identificados:

- A. Concelhos com níveis muito baixos de criminalidade, pois registam taxas muito baixas nos diferentes tipos de crime (só os furtos em residências têm taxas baixas, o que significa que pontualmente acontecem);
- B. Concelhos com níveis baixos de criminalidade, pois têm taxas baixas nos diferentes tipos de crime. Nestes contextos os crimes contra a vida em sociedade são manifestamente irrelevantes (taxas muito baixas);
- C. Concelhos com níveis razoáveis de criminalidade, atendendo à maioria da criminalidade registada, pois verificam-se valores intermédios relativamente ao crime total, aos crimes contra as pessoas e aos crimes contra o património. Neste contexto evidencia-se relativamente pouca criminalidade quanto à vida em sociedade e ao tráfico de estupefacientes. No entanto, existem níveis altos de violência doméstica;
- D. Concelhos com níveis razoáveis de criminalidade, e com focos de marginalidade, pois relativamente à criminalidade total e aos crimes contra o património as taxas registadas são intermédias, mas em contrapartida são muito altas nos crimes contra a vida em sociedade e altas nos crimes enquadrados por legislação avulsa. A criminalidade contra as pessoas tem neste perfil um comportamento heterogéneo, não se evidenciando nenhuma modalidade especificamente caracterizadora;

- E. Concelhos com níveis significativos de criminalidade, pois manifestam taxas de criminalidade altas nos diferentes tipos de crime registado (total, contra o património, contra as pessoas e nos crimes regulados em legislação avulsa). No entanto, neste contexto, a criminalidade relativa à vida em sociedade é manifestamente baixa;
- F. Concelhos com níveis muito significativos de criminalidade, expressos na criminalidade total e nos crimes contra as pessoas (sobretudo nos valores muito altos dos crimes contra a integridade física), nos crimes contra a vida em sociedade e nos crimes regulamentados em legislação avulsa (nomeadamente através dos crimes de tráfico de estupefacientes).

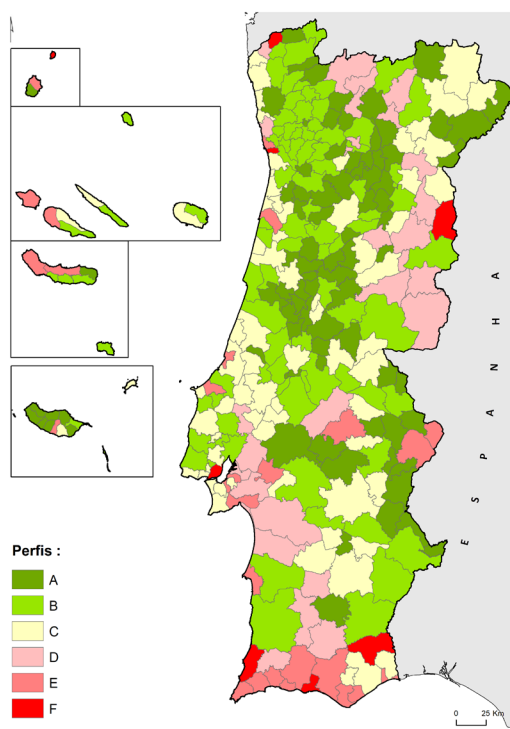


Fig. 10 – Perfis territoriais de criminalidade em Portugal. Figura a cores disponível online.

Fig. 10 – Territorial profiles of crime rates in Portugal. Colour figure available online.

Genericamente, pode-se afirmar que Portugal é um país seguro, pois os valores médios de criminalidade são baixos (comparativamente aos valores médios europeus, segundo o Eurostat) e na maior parte do território não se registam valores significativos de criminalidade. No entanto, são perceptíveis, à escala municipal, focos de criminalidade que merecem uma atenção especial, tanto pela intensidade como variabilidade criminal.

Quadro I – Explicitação dos perfis territoriais de criminalidade por indicador (legenda da fig. 10).

Figura a cores disponível online.

*Table I – Explanation of the territorial profiles of crime rates, per variable (caption of fig. 10).
Colour table available online.*

Perfis	A	B	C	D	E	F
Indicadores (taxas por 1000 habitantes)						
Criminalidade total	Muito baixa	Baixa	Intermédia	Intermédia	Alta	Alta
Crimes contra o património	Muito baixa	Baixa	Intermédia	Intermédia	Alta	
Crimes de furto por esticção e furto de veículos	Muito baixa	Baixa			Intermédia	
Crimes de furtos em residências	Baixa		Intermédia		Alta	
Crimes contra as pessoas	Muito baixa	Baixa	Intermédia		Alta	Alta
Crimes contra a integridade física	Muito baixa	Baixa	Intermédia		Alta	Muito Alta
Crimes de violência doméstica	Muito baixa	Baixa	Alta		Alta	
Crimes contra a vida em sociedade	Muito baixa	Muito baixa	Baixa	Muito Alta	Baixa	Alta
Crimes de legislação avulsa	Muito baixa	Baixa	Intermédia	Alta	Alta	Muito Alta
Crimes de tráfico de estupefacientes	Muito baixa		Baixa	Intermédia	Intermédia	Alta

Nos perfis territoriais A e B, com uma forte representação territorial em Portugal, registam-se os níveis de criminalidade mais baixa.

O perfil A, concelhos com níveis muito baixos de criminalidade, engloba os territórios que têm as taxas de criminalidade mais baixas do país. Este perfil concentra-se sobretudo na região Centro do país (nomeadamente em Viseu Dão Lafões, Região de Coimbra e no Pinhal Interior). São normalmente territórios de baixa densidade, com uma população residente relativamente idosa e com baixo nível de poder de compra.

O perfil B, concelhos com níveis baixos de criminalidade, tem uma forte expressão na região Norte, com uma grande continuidade no noroeste do país, coexistindo também no Alentejo e no Centro. São contextos espaciais com estruturas etárias mais jovens e mais urbanizadas (noroeste, Figueira da Foz, Sintra, Castelo Branco, Vila Real, entre outros), mas também em contextos de baixa densidade, rurais, e com estruturas etárias mais envelhecidas (nomeadamente em Mértola, Serpa, Moura).

O perfil C, concelhos com níveis razoáveis de criminalidade, exhibe uma criminalidade mais significativa que os perfis territoriais anteriores, genericamente com taxas de criminalidade intermédias. Encontra-se principalmente no Oeste e Vale do Tejo e nas cidades médias (nomeadamente, Viana do Castelo, Bragança, Viseu, Coimbra, Covilhã, Santarém, Évora e Beja). São sobretudo territórios urbanos ou periurbanos que atraem alguma criminalidade variada, mas menos intensa do que nos perfis D, E e F. As taxas de criminalidade por habitantes são genericamente intermédias.

Os territórios mais inseguros pertencem aos perfis D (concelhos com níveis razoáveis de criminalidade, mas com focos de marginalidade), E (concelhos com níveis significativos de criminalidade) e F (concelhos com níveis muito significativos de criminalidade). Estes perfis manifestam-se em diferentes contextos socio-territoriais:

- Nas cidades de Lisboa e do Porto (perfil F), a densidade e a dimensão urbana atraem uma criminalidade heterogénea (taxas de criminalidade por habitante elevadas, numa diversidade de crimes), própria das grandes cidades. São as principais cidades portuguesas, caracterizadas por serem centros populosos com contextos económicos e de serviços atrativos, onde os residentes coabitam com estrangeiros, turistas, empresários e investidores, alguns com um significativo poder de compra ou dispendo de património ou capital financeiro. Na coroa sul da região metropolitana de Lisboa, nomeadamente em Grândola, Alcácer do Sal, Palmela, Barreiro, Montijo e Benavente a criminalidade também é expressiva (perfis D e E);
- A região do Algarve (perfis E e F), a forte atratividade turística e a presença de população estrangeira atraem uma criminalidade variada, caracterizada por crimes contra o património e as pessoas, furtos em residências e crimes contra a integridade física e de violência doméstica. Embora não se tenham utilizado dados mensais nesta investigação, a época balnear impõe uma sazonalidade na atratividade turística que se reflete na criminalidade registada;
- Os concelhos ultraperiféricos, sobretudo da Região dos Açores (perfil E), evidenciam problemáticas sociais específicas, ligadas ao isolamento, aos rendimentos baixos e à pobreza, às crianças e jovens em risco e à violência doméstica, que coabitam com uma criminalidade variada, onde surge também com algum relevo o tráfico de estupefacientes;
- Em contextos territoriais mais expostos ao exterior ou com especificidades sociais e locais próprias (como Sines, Aveiro e Setúbal, mas também Idanha-a-Nova, Almeida, Valença, Chaves, Elvas e Campo Maior) evidenciam-se níveis de criminalidade significativa (perfis D, E e F);
- Em contextos rurais e de baixa densidade populacional, com uma população residente idosa, são muitas vezes comuns crimes associados a conflitos de direitos reais relativos à propriedade ou ao direito sobre a água, podendo incrementar a criminalidade local.

Conclui-se que os distintos perfis de criminalidade se enquadram em contextos sócio-espaciais heterogéneos e isso significa que as políticas públicas de segurança devem ancorar-se nos territórios. Problemáticas de criminalidade grave evidenciam-se em contextos sócio-espaciais específicos ainda que diversificados (uns urbanos, outros rurais, uns periféricos e isolados, outros mais expostos ao exterior), sendo por isso imperativo dinamizar medidas de política preventivas e orientadas, necessariamente contextualizadas e envolvendo a participação dos atores locais.

VI. NOTAS CONCLUSIVAS

As principais estratégias nacionais para a segurança estão hoje voltadas para a promoção de uma cooperação multilateral entre os atores (as forças de segurança, as entidades governamentais, especialistas sectoriais e a população) numa lógica de integrar a segurança com os contextos socio-espaciais. Estes são diversificados, pois estão expostos quer a fatores internos quer externos, devido à atratividade migratória, turística ou de capitais estrangeiros. Assim, é necessário encontrar mecanismos para caracterizar e gerir os territórios em função da sua maior ou menor exposição aos diferentes tipos de criminalidade. Existem ainda poucos estudos que cruzem a dimensão espacial da insegurança, as características dos contextos sociais e a territorialização das políticas públicas (Agra, 2007; Pereira, 2013; Tedim & Barros, 2010). Desta forma, este artigo procurou dar um contributo para esta integração.

A pertinência das análises multivariadas e multi-temporais, suportadas em bases de dados recentes e georreferenciadas, é comprovada pelos resultados obtidos. Territórios distintos requerem respostas distintas, pois os seus perfis são distintos. Lisboa, Porto e a região do Algarve são os territórios que possuem as maiores taxas de criminalidade, dando suporte à literatura que argumenta uma forte relação entre o crime e os níveis de urbanização (DGOTDU, 2011; Esteves, 1999; Sousa *et al.*, 2011). Porém, não são necessariamente estes os únicos que revelam grandes problemáticas quando se analisam indicadores específicos. Nem são estes, necessariamente, que apresentam aumentos da taxa de criminalidade ao longo da década.

Isto significa que a monitorização territorial deve incluir as vertentes criminais e atender aos contextos socio-espaciais. A gestão de respostas, os recursos a disponibilizar e a especificação de intervenções, deve ser identificada de acordo com critérios de vulnerabilidade global, mas também através de critérios de base local. Esta articulação é fundamental para promover políticas e medidas de prevenção mais adequadas. As estratégias de base local e de proximidade são defendidas nos instrumentos de gestão territorial e nas políticas de coesão (Marques *et al.*, 2019), mas devem ser, cada vez mais, parte integrante das políticas de segurança (Araújo, 2019). Os contratos locais de segurança representam uma experiência nesse sentido.

É reconhecida a diferença que existe entre as estatísticas oficiais (a criminalidade participada) e a verdadeira criminalidade (não participada). Do mesmo modo, a relação da criminalidade participada com o medo do crime – mais intangível de quantificar – está longe de ser direta. O último inquérito de vitimização à escala nacional foi feito em 2008/2009. Em futuros estudos, serão incluídas abordagens qualitativas, obtidas através de inquéritos à vitimização. Ao mesmo tempo, serão realizadas análises de robustez e sensibilidade, estudando ciclos específicos (ex. crise e pós crise) e atualizando as séries temporais. Com a pandemia COVID-19 está a gerar-se um novo ciclo recessivo que está a ter grandes impactos sociais e territoriais, com implicações significativas em alguns tipos de crimes (violência doméstica, furtos, entre outros; Marques da Costa & Marques da Costa, 2020; Sá Marques *et al.*, 2020).


A introdução da escala intra-concelhia permitirá um aprofundamento da perspetiva espacial e um melhor suporte para a articulação de políticas (intersectoriais e multi-escalares). As relações entre criminalidade e contextos socio-espaciais serão detalhadas, tanto em termos qualitativos como quantitativos.

A metodologia seguida nesta investigação contribuiu para responder às principais críticas na literatura (em termos de escala, unidades de análise, utilização de variáveis e de dados georreferenciados). A metodologia aplicada também pode ser replicada noutros contextos, pois tem por base dados estatísticos oficiais, de livre acesso. Num momento em que a sociedade e os decisores políticos reconhecem a importância da abertura da informação, bem como da sua disponibilização a todos os cidadãos (Nel.lo, 2018; Tejedor, 2015) é fundamental que este tipo de análises possa ser replicada e usada para suportar políticas públicas coerentes e integradas, adequadas às realidades territoriais. Isto poderá contribuir para o desenvolvimento de uma cultura territorial para a segurança entre decisores, profissionais e cidadãos.

ORCID iD

Miguel Saraiva  <https://orcid.org/0000-0001-5967-661X>

Ana Amante  <https://orcid.org/0000-0003-1718-5323>

Teresa Sá Marques  <https://orcid.org/0000-0001-8943-6879>

Márcio Ferreira  <https://orcid.org/0000-0002-5220-8482>

Catarina Maia  <https://orcid.org/0000-0003-4085-3748>

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, como parte do projeto CANVAS – *Towards Safer and Attractive Cities: Crime and Violence Prevention through Smart Planning and Artistic Resistance*, foi apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização COMPETE 2020 e do financiamento de projeto POCI-01-0145-FEDER-030748. Por estar sediado no CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, este trabalho foi também apoiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do financiamento UID/GEO/04084/2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdi, H., & Valentin, D. (2007). Multiple Correspondence Analysis. In K. Rasmussen (Ed.), *Encyclopedia of measurement and statistics* (Vol. 1). Sage.

Abreu, M. (2016). *Sistemas de Informação aplicados à prevenção da criminalidade* [Information Sys-

tems applied to crime prevention]. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/26062>

- Agra, C. (2007). Podemos medir a Criminalidade e a Segurança? [Can we measure crime and safety?]. *Livro de Actas da Conferência Nacional Inovação, poder e desenvolvimento: congresso para a cidadania* [Book of Proceedings of the National Conference Innovation, power and development: congress for citizenship] (pp. 227-234). Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Andresen, M. A. (2014). *Environmental criminology: Evolution, theory, and practice*. Routledge.
- Andresen, M. A., & Weisburd, D. (2018). Place-based policing: new directions, new challenges. *Policing: An International Journal*, 41(3), 310-313. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-06-2018-178>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2019). *Estatísticas*. APAV. https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/estatisticas-apav
- Araújo, D. (2019). Segurança: conceitos e percepções. Apresentação em Sessão Plenária [Safety: concepts and perceptions. Presentation in the Plenary Session]. *Conferência Segurança urbana: os concelhos e a proteção do espaço público* [Urban security conference: municipalities and the protection of public space] 31 de janeiro a 2 de fevereiro, Coimbra, Portugal.
- Artelaris, P. (2017). Geographies of crisis in Greece: A social well-being approach. *Geoforum*, 84, 59-69. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.06.003>
- Bannister, J., O'Sullivan, A., & Bates, E. (2019). Place and time in the Criminology of Place. *Theoretical Criminology*, 23(3), 315-332. <https://doi.org/10.1177/1362480617733726>
- Baptista, J. (2015). *A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED* [Safety in urban design: a CPTED approach]. [Dissertação de Mestrado, Academia Militar]. <http://hdl.handle.net/10400.26/12167>
- Batella, W. B. (2010). Contribuições da Geografia aos estudos sobre criminalidade [Contributions of Geography to Studies on Crime]. *Geografia*, 35(3), 525-537.
- Batella, W. B., & Diniz, A. M. A. (2010). Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais [Spatial analysis of the conditions of violent crime in the state of Minas Gerais]. *Sociedade & Natureza*, 22(1), 151-163.
- Braga, A., & Schnell, C. (2013). Evaluating Place-Based Policing Strategies: Lessons Learned from the Smart Policing Initiative in Boston. *Police Quarterly*, 16(3), 339-357. <https://doi.org/10.1177%2F1098611113497046>
- Braga, A., Papachristos, A., & Hureau, D. (2012). Hot spots policing effects on crime. *Campbell Systematic Reviews*, 8(1), 1-96. <https://doi.org/10.4073/csr.2012.8>
- Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1984). *Patterns in crime*. Macmillan New York.
- Cairns, D., Growiec, K., & de Almeida Alves, N. (2014). Another 'Missing Middle'? The marginalised majority of tertiary-educated youth in Portugal during the economic crisis. *Journal of Youth Studies*, 17(8), 1046-1060. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.878789>
- Carvalho, N. (2006). *As estatísticas criminais e os 'crimes invisíveis'* [Criminal statistics and 'invisible crimes']. Psicologia.com. <https://www.psicologia.pt/>
- Chainey, S., & Ratcliffe, J. (2013). *GIS and crime mapping*. John Wiley & Sons.
- Clarke, R. V. (1980). "Situational" crime prevention: Theory and practice. *The British Journal of Criminology*, 20(2), 136-147. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a047153>
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588-608. <https://doi.org/10.2307/2094589>
- Coldren, J. R., Huntoon, A., & Medaris, M. (2013). Introducing Smart Policing: Foundations, Principles, and Practice. *Police Quarterly*, 16(3), 275-286. <https://doi.org/10.1177%2F1098611113497042>
- Cozens, P. M., & Love, T. (2015). A Review and Current Status of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, 30(4), 393-412. <https://doi.org/10.1177%2F0885412215595440>
- Direção Geral da Administração Interna. (2009). *Análise Longitudinal da Criminalidade em Portugal 1993-2007* [Longitudinal Analysis of Crime in Portugal 1993-2007]. DGAI.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. (2011). *Segurança Pública e o Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído* [Public Security and Urban Development: Crime prevention through the built space]. Política de Cidades, DGOTDU.
- European Commission. (2017). *My Region, My Europe, Our Future – Seventh Report on Economic, Social and Territorial Cohesion*. Regional and Urban Policy, EC.
- Elmes, G. A., Roedl, G., & Conley, J. (2014). *Forensic GIS: The Role of Geospatial Technologies for Inves-*

- tigating Crime and Providing Evidence* (Vol. 11). Springer.
- Esteves, A. (1999). *A Criminalidade na Cidade de Lisboa. Uma Geografia da Insegurança* [Crime in the City of Lisbon. A Geography of Insecurity]. Edições Colibri.
- Eurostat. (2019). *Statistics Explained*. Eurostat. <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/>
- Farrell, G. (2013). Five tests for a theory of the crime drop. *Crime Science*, 2(1), 5. <https://doi.org/10.1186/2193-7680-2-5>
- Farrell, G., Tilley, N., & Tseloni, A. (2014). Why the Crime Drop? *Crime and Justice*, 43(1), 421-490. <https://doi.org/10.1086/678081>
- Fatela, J. (1989). *O sangue e a rua: elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)* [The Blood and the street: elements for an anthropology of violence in Portugal (1926-1946)]. Dom Quixote.
- Felix, S. A. (2002). *Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias* [Crime geography: interdisciplinarity and relevance]. Unesp-Marília Publicações.
- Fernandes, E. (1997). *Segurança e sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto do século XX* [Safety and sustainability: Urban processes and crime in the city of Porto in the 20th Century]. [Dissertação de Mestrado, Faculdades de Arquitectura e Engenharia da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/11381>
- Fernandes, J. (2017). *Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED* [Safety in urban planning: creating a CPTED program]. [Dissertação de Mestrado, Academia Militar]. Repositório Comum – RCAAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/19291>
- Ferreira, E. (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: A dialéctica proativa entre o desenho e o uso seguro* [Safety and Crime Prevention in Public Spaces: The proactive dialectic between design and safe use]. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/11766>
- Ferreira, E. V. (1998). *Crime e insegurança em Portugal: padrões e tendências, 1985-1996* [Crime and insecurity in Portugal: patterns and trends, 1985-1996]. Celta Editora.
- Ferreira, J., & Martins, J. (2011). A geografia da criminalidade [The geography of crime]. In N. Santos, & L. Cunha (Eds.), *O processo de Bolonha e as reformas curriculares da geografia em Portugal* [The Bologna process and geographic curriculum reforms in Portugal]. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fonseca, M. L. (1984). Notas para uma geografia do crime em Portugal. 1950-1981 [Notes for a geography of crime in Portugal. 1950-1981]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XIX(38), 171-204. <https://doi.org/10.18055/Finis2076>
- Freitas, L. (2011). *Influência do desenho urbano na insegurança da cidade: Uma proposta para o bairro da Cova da Moura* [Influence of urban design on city insecurity: A proposal for the neighborhood of Cova da Moura]. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa]. Fenix Técnico. <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642344443>
- Girão, A. (1958). *Atlas de Portugal (2ª edição)* [Atlas of Portugal (2nd edition)]. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Coimbra.
- Greenacre, M. (2017). *Correspondence analysis in practice*. Chapman and Hall/CRC.
- Grönlund, B., & Diniz, M. (2016). *CP-UDP Mapping, Analyses and Learning. Safer Cities – Crime Prevention through Urban Design, Planning and Management*. COST TU 1203 Crime Prevention through urban design and planning, Athens, Greece.
- Harries, K. (1975). Rejoinder To Richard Peet: “The Geography Of Crime: A Political Critique”. *The Professional Geographer*, 27(3), 280-282. <https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1975.00280.x>
- Harries, K. (2006). Extreme spatial variations in crime density in Baltimore County, MD. *Geoforum*, 37(3), 404-416. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2005.09.004>
- Institute for Economics and Peace. (2019). *Global Peace Index 2019: Measuring Peace in a Complex World*. IEP.
- Jeffery, C. R. (1971). *Crime prevention through environmental design*. Sage Publications.
- João, P. (2009). *Modelo Preditivo de Criminalidade: Georeferenciação ao Concelho de Lisboa* [Predictive Model of Crime: Georeferencing in the Municipality of Lisbon]. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa].

- Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/3424>
- Johnson, D., Gibson, V., & McCabe, M. (2014). Designing in crime prevention, designing out ambiguity: Practice issues with the CPTED knowledge framework available to professionals in the field and its potentially ambiguous nature. *Crime Prevention Community Safety*, 16(3), 147-168. <https://doi.org/10.1057/cpcs.2014.3>
- Lee, Y.-J. (2014). Social vulnerability indicators as a sustainable planning tool. *Environmental Impact Assessment Review*, 44, 31-42. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2013.08.002>
- Leitner, M. (2013). *Crime modeling and mapping using geospatial technologies*. Springer Science & Business Media.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1993). Violência, criminalidade e sentimento de insegurança [Violence, criminality and feeling of insecurity]. *Themis*, 2(3), 95-121.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1999). *Dez anos de crime em Portugal. Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)* [Ten years of crime in Portugal. Longitudinal analysis of reported crime to the police (1984-1993)]. Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Frias, G. (1998). Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social [Crime and insecurity: urban delinquency and social exclusion]. *Justiça e Sociedade*, 13, 51-59.
- Madanipour, A., & Weck, S. (2015). Social exclusion and poverty in Europe: Territorial patterns. *Local Economy*, 30(7), 715-720. <https://doi.org/10.1177/0269094215601628>
- Malheiros, J. M., & Marques da Costa, N. (1989). A habitação social em Portugal: dois exemplos em Lisboa [Social housing in Portugal: two examples in Lisboa]. *Livro de Actas do V Colóquio Ibérico de Geografia* [Book of Proceedings of the 5th Iberian Colloquium on Geography] (pp. 429-442). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Marques, R. (2017). *Crime e insegurança em meio urbano: um estudo de caso* [Crime and insecurity in urban areas: a case study]. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum – RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/20017>
- Marques, T., Saraiva, M., & Maia, C. (2019). Challenges of polycentric urban systems in the new planning cycle: the case of Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 52, 7-24.
- Marques da Costa, E.; Marques da Costa, N. (2020). O processo pandémico da Covid-19 em Portugal Continental. Análise geográfica dos primeiros 100 dias [The Covid-19 pandemic process in Mainland Portugal. A geographical analysis of the first 100 days]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LV(115), 11-18. <http://doi.org/10.18055/Finis20361>
- Martins, J. (2010). *Os sistemas de informação geográfica na gestão da criminalidade em Portugal* [Geographic Information Systems in crime management in Portugal]. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/5466>
- Marzbali, M. H., Abdullah, A., Razak, N. A., & Tilaki, M. J. M. (2011). A review of the effectiveness of crime prevention by design approaches towards sustainable development. *Journal of Sustainable Development*, 4(1), 160-172. <https://doi.org/10.5539/jsd.v4n1p160>
- Monteiro, M. (2012). *O papel das polícias municipais na prevenção do crime: contributos e perceções da polícia municipal de Lisboa* [The role of the municipal police in crime prevention: contributions and perceptions from the Lisbon Municipal Police]. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/4944>
- Nel.lo, O. (2018). *A Cidade em Movimento. Crise Social e Resposta Cidadã* [The City in Motion. Social Crisis and Citizen Response]. Tigre de Papel.
- Neves, A. V. (2012). A Criminalidade de Rua e o Contexto Social [Street crime and the Social context]. *Livro de Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade Crise e Reconfigurações* [Proceedings Book of the VII Portuguese Congress of Sociology: Society Crisis and Reconfigurations] (pp. 1-17). *Universidade do Porto*.
- Neves, A. V. (2020). *O Crime e o Contexto: Dois estudos de caso em Lisboa* [Crime and Context: two case studies in Lisbon]. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/107744>

- Newman, O. (1972). *Defensible space: Crime prevention through urban design*. Macmillan.
- Nicolau, M. R. (1994). *Análise multivariada da distribuição espacial da criminalidade em meio urbano* [Multivariate analysis of the spatial distribution of crime in urban areas]. [Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa]. Biblioteca ISCPsi. <http://www.dgsi.pt/bisp2.nsf/585dea57ef154656802569030064d624/197246b522fd85d980256a37004b7aff?OpenDocument>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020). *How's Life?*. OECD Publishing. <https://www.oecd.org/statistics/how-s-life-23089679.htm>
- Park, R., & Burgess, E. (1925). *The City*. University of Chicago Press.
- Pereira, C. (2013). *Análise Criminal e Sistemas de Informação* [Criminal Analysis and Information Systems]. Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Prates, J. (2018). *Prevenção Criminal em Meio Urbano: Orientações normativas e instrumentos de diagnóstico e intervenção à escala local* [Criminal Prevention in Urban Environment: Normative guidelines and instruments for diagnosis and intervention at local scale]. [Dissertação de Mestrado, Academia Militar]. Repositório Comum – RCAAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/24756>
- Ranci, C., Brandsen, T., & Sabatinelli, S. (2014). *Social vulnerability in European cities: The role of local welfare in times of crisis*. Palgrave Macmillan.
- Rebelo, M., Pereira, A., Craveiro, J., & Machado, P. (2009). *Percepções de (IN)segurança urbana nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Relatório 429/2009-NESO* [Perceptions of urban (IN) security in the metropolitan areas of Lisbon and Porto. Report 429/2009-NESO]. LNEC.
- República Portuguesa. (2019). Lei n.º 99/2019, de 2019-09-05 – Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro). <https://dre.pt/home/-/dre/124457181/details/maximized>
- Sá Marques, T., Santos, H., Honório, F., Ferreira, M., Ribeiro, D., & Torres, M. (2020). O mosaico territorial do risco ao contágio e à mortalidade por Covid-19 em Portugal Continental [The territorial mosaic of contagion and mortality risk by Covid-19 in Mainland Portugal]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LV(115), 19-26. <http://doi.org/10.18055/Finis20383>
- Santana, P. (Coord.). (2015). *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental* [Population Health Geography. Evolution in the last 20 years in Mainland Portugal]. CEGOT.
- Santana, P., Santos, R., Costa, C., & Loureiro, A. (2009). *Criar Cidade: Amadora Saudável e Activa (Relatório Final)* [Create City: Healthy and Active Amadora (Final Report)]. Câmara Municipal da Amadora.
- Saraiva, M., & Pinho, P. (2011). A comprehensive and accessible approach to crime prevention in the planning and design of public spaces. *Urban Design International*, 16(3), 213-226. <https://link.springer.com/article/10.1057/udi.2011.7>
- Saraiva, M., Amante, A., Santos, H., & Ribeiro, P. (2020). Building a CPTED research culture in Portugal: a bibliometric and social network analysis. *Security Journal*. <https://doi.org/10.1057/s41284-020-00241-7>
- Saraiva, M., Neves, A. V., Santos, H., Diniz, M., Jota, L., & Ribeiro, P. (2019). A Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED) em Portugal: revisão da literatura e redes de conhecimento [Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) in Portugal: Literature Review and Knowledge Networks]. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 52, 7-24.
- Shaw, C., & MacKay, H. (1942). *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. University of Chicago Press.
- Silva, S. (2013). *Geografia da (in)segurança no concelho de Guimarães* [Geography of (in)security in the municipality of Guimarães]. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositórioUM. <http://hdl.handle.net/1822/28334>
- Sousa, J. F., Fernandes, A., Pimentel, D., Chorincas, J., Lúcio, J., Estêvão, M., Roca, M. N., & Galiaú, S. (2011). *Estudo prospetivo sobre as alterações sociais e do Ordenamento do Território Nacional com reflexos para a segurança das populações* [Prospective study on social changes and National Spatial Planning with consequences for the security of populations]. Direcção-Geral de Administração Interna, Ministério da Administração Interna.
- Sistema de Segurança Interna. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2018* [Annual Intern Security Report – Year 2018]. SSI.
- Tedim, F., & Barros, I. (2010). A Geografia do Crime na Grande Área Metropolitana do Porto: alguns apontamentos [The Geography of Crime in the Greater Metropolitan Area of Porto: some

- notes]. *Livro de Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia* [Book of Proceedings of the 12th Iberian Colloquium on Geography] (pp. 1-21). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tejedor, N. V. (2015). *La smart city* [The smart city]. Editorial UOC.
- Trogano, A. (2000). *A Criminalidade Aparente na Cidade do Porto (1968-1988)* [Apparent Crime in the City of Porto (1968-1988)]. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto]. Catálogo UP. https://catalogo.up.pt:443/F/?func=direct&docnumber=000713666&local_base=FLUP
- Tulumello, S. (2014). *Local Policies for Urban Security and Spatial Planning in the Lisbon Metropolitan Area: The cases of Lisbon, Cascais and Barreiro Municipalities*. Instituto de Ciências Sociais.
- Tulumello, S. (2016). Toward a Critical Understanding of Urban Security within the Institutional Practice of Urban Planning: The Case of the Lisbon Metropolitan Area. *Journal of Planning Education and Research*, 37(4), 397-410. <https://doi.org/10.1177/0739456X16664786>
- Tulumello, S. (2018). Segurança urbana: tendências globais, contradições portuguesas e tempos de crise [Urban safety: global trends, Portuguese contradictions and times of crisis]. In A. Carmo, E. Ascensão, & A. Esteves (Eds.), *A cidade em reconstrução. Leituras críticas, 2008-2018* [The city under reconstruction. Critical Readings, 2008-2018] (pp. 73-80). Outro Modo Cooperativa Cultural.
- Valente, M. M. G. (2004). Evolução sócio-jurídica da criminalidade [Socio-legal evolution of crime]. *ARQUIPÉLAGO – Revista da Universidade dos Açores*, 2^a série(VIII), 281-307.
- Vieria, A. (2018). *O Desenho Urbano como Estratégia no Incremento da Percepção da Segurança no Espaço Público* [Urban Design as a Strategy to Increase the Perception of Safety in Public Space]. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/56403>
- Weisburd, D. (2015). The law of crime concentration and the criminology of place. *Criminology*, 53(2), 133-157. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12070>
- Weisburd, D., & Telep, C. W. (2014). Hot Spots Policing: What We Know and What We Need to Know. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 30(2), 200-220. <https://doi.org/10.1177/1043986214525083>
- Weisburd, D., Eck, J., Braga, A., Telep, C. W., & Cave, B. (2016). *Place Matters: Criminology for the Twenty-First Century*. Cambridge University Press.
- Weisburd, D., Groff, E. R., & Yang, S.-M. (2012). *The criminology of place: Street segments and our understanding of the crime problem*. Oxford University Press.
- Wilson, R., & Smith, K. (2008). What is applied geography for the study of crime and public safety. *Geography & Public Safety*, 1(1), 1-3.
- Wortley, R., & Townsley, M. (2016). *Environmental criminology and crime analysis*. Routledge.
- Yelland, P. M. (2010). An introduction to correspondence analysis. *The Mathematica Journal*, 12, 1-23.